



## A Produção Escriturística do Centenário de Teresina (PI)

IARA CONCEIÇÃO GUERRA DE MIRANDA MOURA\*

O início da década de 1950 representou para o Estado do Piauí, momento de comemoração, em virtude da passagem do centenário de sua capital, Teresina (1852). Para festejar este aniversário, foi instituída uma Comissão Organizadora do Centenário.<sup>1</sup> Com o objetivo de realizar reformas e construções de modernas edificações na cidade de Teresina, esta Comissão promoveu uma campanha junto ao público leitor, visando sensibilizá-lo para a colaboração financeira nas festividades do primeiro centenário da capital piauiense, haja vista a demora da aprovação do auxílio do governo federal. Assim, era preciso que os teresinenses também se sentissem no dever de participar das comemorações de sua cidade aniversariante, como nos mostra a matéria do jornal *O Piauí*:

*Bela a capital do Piauí! Nós que te queremos tanto, que somos teus vassallos, vamos cumprir por ti, a grata obrigação de homenageá-la condignamente, pela passagem do teu centenário – oportunidade única que se oferece a esta geração. E é por ti, para engalanar-te, que apelamos para os que aqui morejam, piauienses ou não, brasileiros ou estrangeiros, que vivem nesta comunhão fraterna de homens livres, solicitando-lhes seu concurso para uma causa justa e que deve aprazer a todos os nossos corações. E diremos a todos, parodiando o Tio Sam, TERESINA PRECISA DE VOCÊ! (O PIAUÍ, 1952: 10)*

Estas festividades empreendidas pelo governo Pedro de Almendra Freitas (1951-1954), foram, por sua vez, alvo de constantes críticas por parte dos grupos políticos de oposição, que destacavam o desperdício de recursos que foram utilizados nesta comemoração, que bem poderiam ser usados para a melhoria de vida da população piauiense. Sobre os gastos desta festa, denominada por Eurípides de Aguiar, de “Pagode do Centenário”, ele afirmou:

*Informaram-me de que os cinco milhões vão ser divididos fraternalmente, sem briga, entre o governador e o prefeito. Resta-me saber como serão eles empregados.*

\* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Contato: iaraconceicaoufpi@gmail.com

<sup>1</sup> A Comissão Organizadora do Centenário foi composta por presidente de honra- Getúlio Vargas (Presidente da República) e Pedro de Almendra Freitas (Governador do Estado); presidente - João Mendes Olímpio de Melo (Prefeito); vice-presidente - Artur Passos (Jornalista); primeiro-secretário - Raimundo Portela Basílio; segundo-secretário - Juscelino de Souza Lima; tesoureiro - José Patrício Franco. Ao todo, esta comissão contava com a participação de quarenta membros, das mais diversas categorias políticas, culturais, religiosas, esportivas e jornalísticas, que se reuniam as quintas-feiras na Câmara Municipal de Teresina.

*Uma parte já foi consumida antecipadamente, em pintar os troncos das figueiras e oitis da arborização pública, com barrela de cal, e enfeitar as praças e ruas com bandeirolas de pano verde e amarelo [...]. Outra parte, certamente mais vultosa, levaram os churrascos, banquetes, bailes e a hospedagem dos convidados do governo. [...]. O prefeito não vê que, em vez de gastar milhões do Governo Federal em pagodeiras prejudiciais e ridículas, devia empregar sua atividade em resolver com carinho e bom senso, os prementes problemas da Prefeitura, que dirige. [...]. O governador [...] pouco se lhe dá que o povo passe fome, desde que haja dinheiro para festas em que ele possa exibir a sua caricata figura de governador que não governa. (AGUIAR, 1952: 1-4)*

Dentre outras deficiências apresentadas neste período, Teresina ainda não possuía ligação rodoviária com a segunda cidade mais importante do Estado, Parnaíba, além de ser a única que não tinha aeroporto com pista pavimentada e serviço de esgoto. Sobre a estética da cidade, o *Jornal do Comércio*, se referiu no artigo *Pobre Teresina*:

*Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meio-fios quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar.[...]. E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha. [...]. Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1952: 3)*

Esta situação representava uma preocupação constante por parte de suas autoridades locais, principalmente durante essa época, em que pessoas ilustres de todo o país eram convidadas a visitar a capital piauiense, como, o Presidente da República, Getúlio Vargas, Luís Câmara Cascudo, historiador e folclorista, Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, o piauiense Deolindo Couto, vice-reitor da referida instituição, e Assis Chateaubriand, jornalista e empresário, para prestigiar as comemorações dos 100 anos de fundação da cidade.

Desta forma, tornava-se urgente a efetivação de uma ação conjunta entre políticos, intelectuais, religiosos e populares para fazer de Teresina uma cidade com ares de moderna, atraente e civilizada aos olhos de seus visitantes. “Porque é preciso ter em vista que um acontecimento de tal magnitude atrairá sobre nós as vistas e as atenções do mundo oficial e do público brasileiro em geral. Seremos medidos e julgados através de um século de atividades.” (ESTADO DO PIAUÍ, 1951: 19)

Em relação ao contexto brasileiro, o país estava prestes a viver a fase da política modernizadora do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que instituiu, dentre outras

ações, o Plano de Metas, priorizando os setores de energia, transportes e indústrias de base, como soluções fundamentais para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico. Dentre as medidas realizadas pelo governo brasileiro, visando melhorar da situação econômico-social da região Nordeste, destacamos a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF- 1945), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB- 1952), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE- 1959), e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF- 1974).

No Piauí, durante a administração de Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1955-1959) também, foram efetivadas várias medidas de caráter econômico, como a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), em 1956, e das empresas de economia mista: o Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE), em 1955, Departamento de Estradas e Rodagem (DER-PI), em 1955, o Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA) em 1957, e o Banco do Estado do Piauí S/A (BEP) em 1958. Além disso, houve a inauguração em 1957, da ponte sobre o rio Poti, em Teresina, que contou com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek.

Paralelo as ações estatais, alguns setores da sociedade piauiense, especificamente, a Igreja Católica e os profissionais da educação, contribuíram para o desenvolvimento da região, criando relevantes instituições culturais, como a Faculdade Católica de Filosofia (1957) e a Faculdade de Odontologia do Piauí (1959), as quais formaram a estrutura inicial da Universidade Federal do Piauí.

No final da década de 1950, na administração do governo Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962), as ações visando ao desenvolvimento do Estado foram ampliadas com a instalação de quatro empresas de economia mista: Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) em 1959; Agroindústrias do Piauí S/A (AGRINPISA) em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962. A CODESE, aprimorada com a Lei n. 1870, de 5 de outubro de 1959, ampliou suas funções, com a criação do Conselho de Desenvolvimento e da Secretaria Executiva, cujos cargos foram exercidos por Raimundo Nonato Monteiro de Santana, o primeiro Secretário Executivo, e depois, um dos membros do referido Conselho.

Percebemos assim, que a década de 1950, foi marcada por reflexões, atuações e investimentos que procuravam minimizar os efeitos da crise econômica e a precariedade existente na infra-estrutura das cidades piauienses, principalmente de Teresina. Nesse sentido,

os intelectuais piauienses, também, se sensibilizaram com a situação desfavorável que caracterizava o Piauí, buscando compreender a realidade sócio-econômica para assim, poder intervir com segurança nos problemas do Estado.

Todavia, as produções que abordavam a história econômica piauiense eram insuficientes para os intelectuais analisarem as características, as atividades predominantes e o funcionamento da economia local. Essa carência, por sua vez, não era particular apenas a esta temática de estudo, pois nos anos 1950, dispúnhamos, para uma compreensão geral da História do Piauí, apenas os trabalhos de Sebastião da Rocha Pita<sup>2</sup>, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco<sup>3</sup>, José Martins Pereira de Alencastre<sup>4</sup>, Francisco Augusto Pereira da Costa<sup>5</sup> e de Abdias da Costa Neves<sup>6</sup>. Assim, em relação à historiografia piauiense, providências foram tomadas, no sentido de produzir obras de referência para a construção da memória histórica do Estado.

Sensível a esta questão, a Comissão responsável pelos festejos do centenário propôs, em 1952, um concurso para apresentação de trabalhos históricos relacionados ao Estado, e principalmente, a Teresina. Acreditava-se, assim como Artur Passos, que para “bem amar uma cidade [...], não basta lhe conhecer as feições atuais, é mister conhecer-lhe o passado também, evocar-lhe os anos idos, as memórias antigas e as origens”. (PASSOS, 1954: 4)

Segundo as normas instituídas pela comissão, os trabalhos deveriam apresentar o caráter de “crônicas, antiguidades históricas, feição típica dos primitivos habitantes e povoadores da

---

<sup>2</sup> Sebastião da Rocha Pita nasceu em Salvador (BA) em 3.05.1660 e faleceu em 2.11.1738. Exerceu as funções de advogado, político, poeta e historiador. É autor da obra: *Historia da America Portuguesa: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (1730).

<sup>3</sup> Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco nasceu em Campo Maior (PI) em 15.06. 1836 e faleceu em Teresina a 22.04.1887. Exerceu diversas funções: delegado, professor, escrivão, vereador, deputado. Fundou o Colégio Nossa Senhora das Dores (1882) e atuou também em vários órgãos noticiosos de Teresina. Obra histórica: *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí* (1879).

<sup>4</sup> José Martins Pereira de Alencastre nasceu em 19.03.1831 em Santo Amaro (BA) e faleceu em 12.03.1871 no Rio de Janeiro (RJ). Exerceu diversos cargos públicos e administrativos nas províncias do Piauí, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Atuou como jornalista e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Obras: *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí; Anais da província de Goiás; Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1839, 1840 e 1841* e outras.

<sup>5</sup> Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu em Recife (PE) a 16.12.1851 e faleceu nesta mesma cidade em 1923. Bacharel em Direito, foi deputado estadual, jornalista e secretário do Presidente da Província do Piauí (1884-1885). Como historiador publicou *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*, várias obras sobre Pernambuco e escreveu diversos artigos sobre a história piauiense.

<sup>6</sup> Abdias da Costa Neves nasceu em Teresina (PI) em 11.11.1878 e faleceu na mesma cidade no dia 28.08.1928. Bacharel em Direito, exerceu dentre outras funções: juiz de direito, secretário de governo, senador, jornalista e professor. Obras principais: *A guerra do Fidié, Um manicaca e O Piauí na Confederação do Equador*.

província, de modo geral e, em particular, quanto às peripécias, tropeços e injunções opostos à idéia da mudança da capital.” (PASSOS, 1954: 4) Assim, foi estipulado prêmio no valor de Cr\$ 5 mil cruzeiros para o estudo que fosse julgado mais adequado às referidas propostas, pois o governo estadual acreditava que:

*Temos material à mão para excelente trabalho evocativo, sério, útil e instrutivo, repassado ele e embebido todo ele em metódica recomposição de atos e fatos de uma tese e história regional. Daí, pois, a imperiosa necessidade de apelo feito à base de prêmios compensadores, aos homens de letras de dentro e fora do Estado, no propósito de obter-se, quanto antes, trabalhos históricos, que julgados, possamos preencher satisfatoriamente essa sensível lacuna, abrilhantando de igual passo as festividades de agosto [de 1952]. (ESTADO DO PIAUÍ, 1951: 24)*

Desde a década de 1930, mais especificamente, na administração municipal de Lindolfo do Rêgo Monteiro (1936-1945), havia preocupação em torno da construção da História de Teresina, principalmente, devido à proximidade do centenário da cidade. O prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro criou em 28 de outubro de 1938, pelo Decreto-Lei nº 34, concurso que concedia prêmios a quem escrevesse um livro sobre a história de Teresina, destacando assuntos que iam desde a sua fundação até aquele momento histórico, enfatizando os aspectos políticos, econômicos, administrativos, culturais, dentre outros que tivessem relevância para a sociedade piauiense.

Ao primeiro colocado seria concedido prêmio no valor de cinco contos de réis, edição de dois mil exemplares de sua obra, custeada pelos cofres municipais, cabendo-lhe um quinto dos referidos exemplares. Ao segundo lugar, prêmio de um conto de réis, e a publicação pelo governo de quinhentos exemplares, tendo o autor direito, também, a um quinto de sua obra. Apesar de constituir-se um importante estímulo para a escrita historiográfica, não houve nenhum candidato aos prêmios citados.

Porém, o prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro não desistiu de seus propósitos iniciais e através do Decreto-Lei de nº 98, em 17 de março de 1941, instituiu quatro prêmios, três em dinheiro e uma menção honrosa, sendo que o primeiro lugar receberia o valor de cinco contos de réis, a edição de dois mil exemplares de sua obra, custeada pelos cofres municipais, cabendo-lhe um quinto da respectiva publicação; segundo lugar: um conto e quinhentos mil réis, um quinto da publicação da obra, editada no total de quinhentos exemplares; terceiro lugar: um conto de réis, quatrocentos exemplares da obra, com direito a um quinto da

publicação; quarto lugar: publicação da obra por conta do município, com tiragem de trezentos exemplares, cabendo ao autor a metade destes.

Sobre a relevância de uma obra histórica, consideramos que esta se traduz pelo tipo de ideologia transmitida às gerações futuras, e pela maneira como a memória é enquadrada, ao atender interesses dos grupos detentores do poder político-econômico. Caracterizando o livro como um importante instrumento de poder, Roger Chartier destaca que este tipo de interpretação é explícito, principalmente, em obras religiosas, de magia e de ficção, nas quais:

*O perigoso poder do livro é uma constante que podemos notar [por exemplo, em personagens e obras emblemáticas, como o Próspero de A tempestade, de Shakespeare, já que [este deveria] atirar ao mar seu livro, seu único livro, para anular seu poder e, ao mesmo tempo, para reconquistar uma liberdade humana. (CHARTIER, 2001: 114)*

O poder público, através dos trabalhos da Comissão do Centenário de Teresina, voltara a incentivar a produção escriturística sobre a História do Piauí. Visando facilitar a concretização e a qualidade das atividades dos membros organizadores da festa do centenário da capital piauiense, formaram-se, no interior da Comissão aludida, subcomissões, como a do Dr. Walter Alencar, responsável por organizar uma maratona intelectual entre os alunos dos principais colégios do Estado sobre o tema da fundação de Teresina, conferindo ao primeiro lugar, bolsa de estudo; e a dos padres Hermínio Davis e Joaquim Chaves<sup>7</sup>, que cuidavam das solenidades religiosas.

Nessa perspectiva, percebemos o quanto era importante para os governantes locais, que os intelectuais produzissem uma memória histórica para Teresina, e por extensão, para o Piauí. A construção, e principalmente, a legitimação de uma memória era essencial para os grupos detentores do poder, pois além de tornarem-se os responsáveis por incentivar os intelectuais na escrita de um passado glorioso e na concessão de uma aura simbólica a determinado acontecimento histórico, selecionavam o que podia ou não cair no esquecimento da sociedade. Sobre a relevância da memória, Jacques Le Goff considera que:

---

<sup>7</sup> Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – Monsenhor Chaves nasceu em Campo Maior (PI) em 9.03.1913, e faleceu em Teresina, no dia 8.05.2007. Licenciado em Filosofia, foi Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, desde 1948, vigário-geral da Arquidiocese de Teresina, reitor e professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, também foi professor e historiador. Dirigiu o jornal católico *O Dominical*. Foi autor de vários livros históricos, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.

*[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. (LE GOFF, 2003: 422)*

Nesse contexto, a Prefeitura de Teresina promoveu a publicação em 1952, da obra *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, do padre historiador Joaquim Chaves, que a escreveu para homenagear a referida cidade, bem como, aos teresinenses que o apoiaram na construção das torres da igreja Nossa Senhora do Amparo – uma das primeiras edificações que marcaram a fundação de Teresina. Sobre essa obra histórica, Arimathéa Tito Filho afirmou que:

O seu livro sobre Teresina, que se incorporou às festas comemorativas dos primeiros cem anos da cidade como documentário expressivo, lembra as fases iniciais da capital piauiense, - as ruas, os cafés, os templos, as casas comerciais, o teatro, os furdunços carnavalescos, as manifestações religiosas, os episódios cívicos, o telégrafo, o barco a vapor, a higiene, a polícia, a escola, os passeios de cavalo - enfim o que ia nascendo, o que se ia criando, os passos inaugurais dos costumes e do progresso da comunidadezinha plantada por José Antônio Saraiva entre dois rios. E os forrós. E os **serenos** de baile. E a discursadeira laudatória. Quantas cousas antigas, com cheiro de mofo, o bom do padre buscou em registros velhos e delas fez obra saborosa. (TITO FILHO, 1985: 65) (Grifo do autor)

O padre Joaquim Chaves faz um retrato de Teresina nos seus primeiros cinquenta anos de existência, pois segundo ele, não há “Nada mais interessante do que a gente, da altura de cem anos, apreciar Teresina saindo do nada, por assim dizer, e crescendo vertiginosamente na Chapada do Corisco, lá por volta do ano de 1852.” (CHAVES, 2005: 60) Para isso, utiliza-se basicamente de jornais teresinenses como fontes históricas. Porém, devido a sua inexperiência no campo historiográfico, não faz alusão à documentação utilizada para a elaboração da referida obra. O autor não segue uma ordem cronológica dos fatos, ora abordando aspectos relativos ao período monárquico, ora aos republicanos. Assim, por não seguir uma rigidez temática e temporal, sua escrita torna-se leve, simples, e em alguns momentos crítica e irreverente, ao abordar as práticas cotidianas de Teresina.

O primeiro assunto analisado pelo autor foi a transferência da capital de Oeiras para a então Vila Nova do Poti, que foi transformada, em 1852, na cidade de Teresina, ressaltando os motivos da mudança, as dificuldades enfrentadas e os esforços do governador José Antônio Saraiva (1850-1854), bem como dos populares da Vila do Poti para a concretização dessa

transferência, enfatizando a construção dos edifícios públicos nos dez primeiros anos da capital, como a igreja Nossa Senhora do Amparo, o Quartel do Corpo de Polícia, o Hospital de Caridade, o cemitério, a cadeia, o mercado, o Liceu, dentre outros. Caracterizou as principais festas que aconteciam na cidade, como as religiosas (Semana Santa, festa da Padroeira - Nossa Senhora do Amparo, e a da Imaculada Conceição), as cívico-patrióticas (aniversário da Constituição política do Império, da Independência do Brasil e do Imperador D. Pedro II) e as festas populares (farrós, sambas, danças de São Gonçalo, de São João e o Carnaval).

Nascida sob o signo da modernidade, a nova capital piauiense já apresentava no seu cinquentenário, elementos que objetivavam tirar o Piauí da situação de desvantagem econômico-social em relação às praças comerciais de Caxias e de São Luís, no Maranhão, como a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba (1858), do telégrafo (1884), da Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses (1889), e da Associação Comercial Piauiense (1900). Em seu livro, padre Chaves também destacou como era a instrução primária e secundária da capital piauiense, as posturas municipais de 1867, a mudança da nomenclatura das ruas e praças de Teresina, a resistência de sua população frente a esses diferentes nomes, além dos problemas de saúde pública que a afetavam (sezões, sarampo, tuberculose, tifo, varíola), e a precariedade nos serviços de limpeza pública, de abastecimento d' água, de carne e leite.

O autor revela grande interesse pela vida cultural de Teresina, apontando dentre vários aspectos, o sereno dos bailes, os banquetes políticos, os passeios a cavalo, as principais representações ocorridas nos teatros Santa Teresa, Concórdia e 4 de Setembro, bem como a atividade jornalística, que apesar da precariedade das tipografias da época, existia, de maneira “quase inacreditável” para Chaves, com enorme variedade e quantidade de jornais locais onde apareciam, dentre outros assuntos, severas críticas aos políticos da situação. Apaixonado por Teresina, Chaves afirma que esta cidade “oferece aos estudiosos de seu passado pratos verdadeiramente deliciosos ao espírito: [...] momentos que suavizam a aridez das pesquisas, quando se respinga aqui e ali referências a aspectos interessantes de sua vida, de sua gente, de acontecimentos que a empolgaram [...]” (CHAVES, 2005: 55-56)

Padre Chaves interessou-se não somente pelos fatos políticos e pelos “grandes homens” que marcaram a história do Piauí, mas por todos aqueles que imprimiram sua marca na construção da cidade de Teresina. Apesar de seu lugar social de sacerdote, Joaquim Chaves não deixou de assumir postura crítica em relação à atuação dos primeiros padres da capital,



que segundo ele, estavam mais interessados na política do que na espiritualidade do povo. Enfatizou que:

*Naqueles primeiros cinquenta anos o povo mantinha sua fé quase que simplesmente por obra e graça da tradição. Os padres eram poucos e ainda assim dedicavam grande parte de seu tempo à política e aos negócios particulares. Nem sempre davam bom exemplo. [...]. Não havia frequência aos sacramentos da penitência e da eucaristia. Também não havia preocupação com a conservação dos templos [...]. Além disso, a união da Igreja com o Estado, como era feita naquele tempo, determinava uma influência burocrática deste último sobre a primeira. Isso tirava aos padres aquela flama de entusiasmo de quem trabalha por um ideal, e não para fazer jus a uma cônica. (CHAVES, 2005: 54)*

O autor possuía grande consciência da temática relacionada à política, mostrando ao leitor que havia, tanto no passado quanto no presente, interesses político-comerciais em manter a imagem do Estado do Piauí pobre, carente e vitimado por constantes secas, visando atrair recursos federais e estaduais, a exemplo da seca que ocorreu em 1877; disputa entre partidos políticos, restrição à participação do povo na cena política, perseguições, desmandos políticos extremados, e principalmente, fraudes durante as eleições. Em relação a este fato, afirmou que se realizássemos “uma comparação do presente com o passado no que diz respeito a eleições, no Brasil, chegaremos a um resultado que não nos pode encher de muito otimismo. [...] Talvez será melhor dizer que os atuais processos de violentar a liberdade do eleitor sejam apenas mais sutis [...] que os do passado.” (CHAVES, 2005:72)

Procurando inserir Teresina no contexto nacional, Joaquim Chaves conclui sua obra, destacando a participação da capital piauiense nos principais eventos políticos brasileiros: na Questão Christie (1863), na Guerra do Paraguai (1865), na luta pela libertação dos escravos (1888), na proclamação da República (1889), na Revolução Federalista (1893), e na Guerra de Canudos (1897), sem, contudo, fazer uma análise conclusiva dos fatos arrolados ao longo de toda a sua produção escrita. Sobre sua satisfação pela produção historiográfica, Monsenhor Chaves expressou que escrevia:

*[...] porque gostava daquilo e achava que a história do Piauí não tinha sido toda escrita. Muitas passagens da nossa história precisavam ser conhecidas. Mesmo com a contribuição dos antigos, como Abdias Neves, Clodoaldo Freitas e outros, não havia quase estudos. Eu entrei e não me dei mal, gostei muito. (ENTREVISTA, 1997: 28-29)*

Durante as comemorações do centenário, a imprensa também foi incentivada a escrever sobre a história de Teresina. De acordo com Maria Lenice de Barros Lima, os jornais *O Dia* e o *Jornal do Comércio* foram os que mais se destacaram na produção de matérias sobre a fundação, as transformações e os problemas de infra-estrutura que marcaram os cem anos de vida da cidade. Desta forma, foi publicado no jornal *O Dia*, entre os meses de maio a agosto de 1952, artigos de Joel Oliveira, intitulados Centenário de Teresina, os quais versavam sobre a transferência da capital de Oeiras para Teresina, destacando a atuação de José Antônio Saraiva na fundação da nova capital. No *Jornal do Comércio*, destaca-se a série de trinta artigos, escritos pelo jornalista Celso Pinheiro Filho. Além disso, os jornais locais também abordavam as ações da Comissão do Centenário, para que a população pudesse tomar conhecimento de seu trabalho e ajudá-la nos preparativos da festa, colaborando em dinheiro e/ou na organização e limpeza da cidade.

No que se refere ao aspecto literário, podemos citar a obra *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*,<sup>8</sup> do poeta H. Dobal, que assim como a anterior, foi escrita para homenagear a capital piauiense. Podemos afirmar que esta obra se assemelha em muitos aspectos a *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, do padre historiador Joaquim Chaves, por ter capítulos curtos e linguagem bastante simples, enfatizando o cotidiano de Teresina, a população pobre (com destaque para alguns tipos populares: o Manelão, o Peru, a Maria Sapatão, o Jaime Doido e o Braguinha), as mudanças na malha urbana, durante os seus cem anos de existência, bem como as críticas ao descaso público para com as praças, os mercados, os prédios, e a pobreza da maioria de sua população, aos desmandos da elite político-econômica do Estado, e a demora e/ou paralisação das construções, como aconteceu com as torres da igreja Nossa Senhora do Amparo e com o Hotel Piauí. A obra de H. Dobal, também, aborda os principais fatos polêmicos que marcaram a vida de Teresina, como os incêndios das casas de palha na década de 1940, afirmando que estas residências foram queimadas criminosamente e misteriosamente, sem que se tenha conseguido descobrir os responsáveis pelo crime.

Além disso, destaca todas as singularidades que a definem como uma cidade provinciana, com suas praças Rio Branco (para uso diurno) e Pedro II (uso noturno), com os

---

<sup>8</sup>Apesar de ter sido escrita em 1952, em virtude das comemorações do centenário de Teresina, esta obra não foi publicada na época, devido à própria vontade do autor, sendo divulgada apenas em 1991, nas páginas do jornal *Folha da Manhã*, e sob a forma de livro. DOBAL, H. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

romances que aconteciam na última, seus cafés, a vida cultural e dinâmica de seu único teatro, o 4 de Setembro, o Clube dos Diários, o Bar Carnaúba, os cabarés da rua Paissandu e os da Piçarra, os banhos e os passeios de barcos nos rios Parnaíba e Poti, a famosa missa de domingo nas igrejas, as compras de domingo no Mercado velho, as penitências e promessas no cruzeiro do motorista Gregório, que virou santo, as escolas para rapazes e moças, as construções modernas como o Hospital Getúlio Vargas, o Sanatório Meduna, e a Avenida Frei Serafim, considerada a melhor avenida da cidade, onde existia “a zona residencial elegante e onde ninguém paga impostos”, e sem falar, na inexistência de jornais diários, cuja vida era efêmera, vivendo na maioria das vezes durante as campanhas eleitorais, com um nível de linguagem agressivo.

Por reconhecer que em Teresina, “Esta cidade ardente, poucos homens a trazem na lembrança ou no coração,” o autor procurou compreender a vida íntima e real da cidade, os sujeitos sociais que a fazem existir como cidade pacata, pitoresca, suas práticas que a destacam como provinciana e acolhedora, visando apontar suas peculiaridades (calor, cultura, sociedade, política) e dificuldades (situação de pobreza e abandono político), como forma de homenagear o centenário de fundação do lugar onde nasceu, de “uma cidade que já nasceu velha e que sempre teve o ar de uma aldeia grande”, (DOBAL, 2007: 11) isto é, uma região, que apesar de manter suas tradições conservadoras, deseja ser uma capital moderna e progressista.

Outra produção literária escrita em homenagem a essas comemorações foi a obra *Chapada do corisco*, do poeta João Ferry, publicada com o apoio da Comissão do Centenário. Esta obra constitui-se uma reunião de suas melhores poesias, intitulada de início, *Feijoada brasileira*. Utilizando linguagem figurada, o poeta quis dizer que a Teresina da década de 1950 ainda era uma cidade provinciana, sem muitos atrativos modernos, cujos moradores eram, na sua maioria, mestiços e analfabetos, e, que devido a suas condições financeiras e culturais, estaria pronta para oferecer aos seus visitantes, mais um almoço típico de domingo do que uma festa de gala, haja vista que:

*[...] a feijoada brasileira é um prato sem significação e sem valor, incapaz de fazer parte de banquetes e jantares de respeitável significação; é uma mistura à toa, própria tão somente para a plebe, para a gente miúda, para caboclo do mato, quase que exposta ao ridículo, quando se trata de coisa séria e de alto coturno. (FERRY, 1952: 10)*

No entanto, por sugestão de seus amigos, que consideraram o título acima depreciativo, João Ferry mudou-o para *Chapada do corisco*, para homenagear o centenário de Teresina, cidade que escolheu para viver desde os doze anos de idade. De acordo com Fabrício de Arêa Leão, “Nas páginas de *Chapada do corisco* desfilam numa intérmina profusão de cores, de paisagens e de ritmos, as imagens sucessivas de personagens vários, tipos exóticos, bizarros, e até de duendes e fantasmas que se movimentam, falam e predizem coisas e acontecimentos”. (LEÃO, 1952: 15) Em uma de suas poesias, Ferry demonstra o seu apreço e a sua homenagem à capital piauiense, como a que selecionamos a seguir, denominada Cidade Verde:

*De linda roupagem  
Agora te vejo,  
Qual moça bonita  
Que está no festejo,  
Cantando de alegre  
Sedenta de beijo.*

*De ‘Cidade Verde’  
Alguém te chamou  
E o lindo apelido  
Depressa pegou  
E nas asas do vento  
O mundo levou.*

*Tu és Teresina,  
Que em festas e galas,  
Ostentas nas salas  
O teu Piauí.[...]  
(FERRY1952: 33)*

Este era um momento em que o Estado do Piauí necessitava de produções históricas “em disposição metódica, sentida e verdadeira; história de arquivo, mas, sobretudo tirada de mil referências dispersas, [que tratasse], da evolução de suas fazendas de criar, de sua lavoura, de seu comércio; [...] da saudade dos velhos e da valentia do sertanejo [...]”. (PASSOS, 1954: 5) Desta forma, buscava-se construir uma memória histórica de Teresina e do Piauí, haja vista que não mais existia uma memória espontânea dos acontecimentos passados (colonização, independência, transferência da capital, etc), cujas lembranças só seriam possíveis se fossem estimuladas através de poderosos suportes de memória, como datas comemorativas, monumentos, museus, arquivos, bibliotecas, livros de História e de Literatura, e coleções de objetos antigos. Esses suportes foram denominados por Pierre Nora de lugares de memória, pelo fato de serem:

*[...] antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares que aplainam os particularismos; [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993: 12-13)*

Nesse sentido, a produção de festas cívicas, monumentos, medalhas, prêmios, e obras históricas e literárias, procuram dar um sentido ao tempo presente, imortalizando aquilo que já se perdeu, e que por isso, não volta a ser como antes, tornando-se assim, apenas uma “ilusão de eternidade”, uma tentativa de petrificar a memória através destes símbolos e, principalmente, pela construção de uma História que atenda os interesses dos “donos do poder”.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Eurípides de. As festas do Centenário. *O Dia*. Teresina, ano 11, n.82, p.1/4, 24 ago. 1952.

CENTENÁRIO de Teresina. *O Piauí*. Teresina, ano 62, n.758, 10 fev. 1952. p.10. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As comemorações do centenário de Teresina: novas sensibilidades do viver urbano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008. ISSN: 1983-3385.

CHAVES, Joaquim (Pe). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: [s. n.], 1952.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

DOBAL, H. *Obra completa II*. Prosa. 2 ed. Teresina: Plug, 2007.

ENTREVISTA Monsenhor Chaves. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n. 27, p.28-29, dez. 1997.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951*. Teresina, 1951.

FERRY, João. *Chapada do corisco*. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

LEÃO, Fabrício de Arêa. Em plena Chapada do corisco. In: FERRY, João. *Chapada do corisco*. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003

LIMA, Maria Lenice de Barros. *Centenário de Teresina: mudanças no espaço urbano e no cotidiano dos teresinenses (1939-1952)*. 2008. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 68f. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.12/13, dez. 1993.

PASSOS, Artur. *História, economia e lendas: município de Jerumenha*. Teresina: CEP, 1954.

TITO FILHO, Arimathéa. Padre Chaves. *Presença*. Teresina, ano 7, n. 15, jul./out. de 1985.